

A PRESENÇA JESUÍTA NO RECÔNCAVO DA BAHIA¹

Fabício Lyrio Santos*

Resumo: O presente trabalho enfoca a presença jesuíta no Recôncavo da Bahia no contexto de sua inserção na expansão colonial lusitana. A efetiva presença da Companhia de Jesus se dava não apenas no plano religioso, mas também no cultural, no político e no econômico. A posse de fazendas e engenhos não estava dissociada da visão religiosa que imprimia sentido à obra missionária e educacional, pois era necessário garantir a expansão e o bom funcionamento destas atividades.

Palavras-chave: Jesuítas; Brasil colonial; Recôncavo; religião; economia.

Abstract: This article analyzes the presence of the Jesuits in the Bahian Recôncavo in the context of the Portuguese colonial expansion. The effective presence of the Society of Jesus was not only a religious one, but also cultural, political and economic. The ownership of farms and *engenhos* was not dissociated from the religious view that gave sense to the missionary and educational work, since it was necessary to preserve the expansion and the maintenance of these activities.

Keywords: Jesuits; Colonial Brazil; Recôncavo; religion; economy.

* Professor assistente de História do Brasil Colônia na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

¹ Este texto baseia-se, em parte, no primeiro e no terceiro capítulos da dissertação *Te Deum laudamus: A expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1760)*, defendida na Universidade Federal da Bahia em 2002. Reitero aqui o agradecimento aos amigos e instituições mencionados na dissertação.

A Companhia de Jesus e a expansão colonial portuguesa

A Companhia de Jesus é uma ordem religiosa relativamente jovem, fundada no século XVI no bojo do movimento de Reforma religiosa e das transformações socioculturais que agitavam a Europa.² Inácio de Loyola, fundador da ordem, deve ser visto mais como um místico ou visionário do que propriamente como militar, embora esta seja uma imagem bastante difundida. Nascido provavelmente em 1491 num lugarejo basco chamado Azpeitia, na Espanha, Inácio provinha de uma família de senhores locais relativamente poderosos. Após a morte do pai, em 1507, um amigo da família, Don Juan Velasquez, ministro das finanças da Rainha Isabel, o toma para assistente. Inácio tinha dezesseis anos e leva, então, uma vida que ele próprio irá definir depois como “desregrada”.³

Em 1516 Carlos V assume o trono imperial e, no ano seguinte, Don Juan morre sem o favor do novo soberano. Inácio consegue ainda uma colocação como escudeiro de Don Antonio Manrique de Lore, Vice-rei de Navarra. A região era então disputada entre Espanha e França. Este é um momento importante na sua vida, que dá margem a certas especulações. Como afirma Lacouture, “é preciso denunciar a lenda do homem de armas que se teria transformado naturalmente em *general* dos jesuítas”. Para o pesquisador francês, Inácio “teve que se tornar homem de espada assim como havia sido homem da corte”.⁴ Ademais, o uso de metáforas de cunho militar não era um recurso nem original nem tipicamente jesuítico, sendo prática comum na Idade Média.⁵

Em 1521, em Pamplona, resistindo a um ataque franco-navarrês, Inácio é ferido gravemente na perna direita por um tiro e retorna para a casa materna, onde é obrigado a ficar acamado por algum tempo para se recuperar.⁶ Durante este período, lê e medita, sobretudo, sobre a vida dos santos, deixando-se envolver por uma experiência na qual passa a se referenciar pelo exemplo dos santos, e alimentar a idéia de partir para Jerusalém defender a cidade sagrada contra os infiéis.⁷ Este momento é considerado sua grande conversão religiosa, quando se processa uma total transformação no seu modo de ver o mundo.⁸ Obcecado, abandona o repouso antes de estar totalmente recuperado da perna direita e, em 1522, inicia uma peregrinação até Barcelona, visando chegar à Terra Santa.⁹ Torna-se um místico peregrino constantemente surpreendido por visões e êxtases, em meio às quais reúne anotações que viriam a compor mais tarde sua mais importante obra, os *Exercícios Espirituais*.¹⁰ Sua estada em Jerusalém dura apenas três semanas. Os franciscanos o impedem de evangelizar nos lugares sagrados, como desejava.¹¹ Ao regressar, toma novamente uma decisão fundamental. Para Lacouture, residiria aqui, de fato, sua grande experiência de conversão, no momento em que decide não mais continuar sua vida de místico errante sem antes se dedicar aos estudos e entregar-se à “conquista sistemática do saber”. Este seria, então, um momento de ruptura, que torna Inácio de Loyola não um simples continuador da tradição mística espanhola, ao lado de São Francisco e dos cruzados, mas um “precursor dos tempos modernos”.¹²

Inácio estuda em Alcalá e Salamanca, dois dos mais importantes centros culturais da Espanha de sua época. Depois, decide ir a Paris. Durante sua fase como estudante na França conquista a amizade daqueles que com ele fariam o famoso voto de 1534, na pequena e rústica capela de

² Cf., entre outros, ALDEN, Dauril. *The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire, and beyond, 1540-1750*. Stanford, California: Stanford University Press, 1996; LACOUTURE, J. *Os Jesuítas* : Vol. 1: Os conquistadores. Porto Alegre: L&PM, 1994; BANGERT, W. *História da Companhia de Jesus* . Porto: Apostolado da Imprensa; São Paulo: Loyola, 1985.

³ LACOUTURE, *op. cit.*, p. 17.

⁴ LACOUTURE, *op. cit.*, p. 19.

⁵ ALDEN, *op. cit.*, p. 10.

⁶ LACOUTURE, *op. cit.*, p. 22.

⁷ *Idem*, p. 22.

⁸ BANGERT, *op. cit.*, p. 14-15.

⁹ LACOUTURE, *op. cit.*, p. 25.

¹⁰ BANGERT, *op. cit.*, p. 18.

¹¹ *Idem*, p. 21.

¹² LACOUTURE, *op. cit.*, p. 11-12.

Montmartre (Monte do Martírio), próximo a Paris. São feitos os votos de pobreza, de partir para Jerusalém e, caso não fosse possível, de se colocar sob autoridade do Papa.¹³ Nenhum destes votos se torna tão fundamental como este último. A ida a Jerusalém jamais se consumou, mas o voto de fidelidade ao Papa faz nascer, de fato, uma ordem religiosa diferenciada, ancorada na instituição romana como nenhuma outra até então. A aprovação oficial da Ordem viria em 1540.¹⁴

No âmbito das transformações sociais e religiosas que então agitavam a Europa e o reino português, os jesuítas assumem uma importância vital para o catolicismo:

A conjuntura social da transição do período feudal para a modernidade transformara Inácio de Loyola e seus primeiros discípulos em guerreiros da fé, que tinham como meta salvar o povo cristão do abandono espiritual em que viviam. Imagem que se amoldava aos interesses da belicosa coroa lusitana, preocupada com o domínio das vastas terras coloniais e do controle social na metrópole e nas terras de além-mar. Os seguidores de Inácio de Loyola, com uma ação pragmática junto aos fiéis europeus no que tangia à assistência em hospitais e ao controle dos hereges, conseguiram demonstrar seu comportamento virtuoso por meio da pregação e da prática dos exercícios espirituais. Colaboravam fervorosamente para a construção do edifício cristão, facilitando a união de toda a cristandade.¹⁵

Não obstante a Reforma Católica tenha tomado uma feição marcadamente anti-protestante (por isso sendo normalmente chamada de Contra-Reforma), ela não foi apenas uma caçada aos hereges. Demonstrou um ímpeto renovador e progressista, que visava uma renovação religiosa semelhante, em alguns pontos, àquela que propunham os reformadores protestantes: “na busca de fontes autênticas, na crítica dos textos escolásticos, e também na denúncia dos comportamentos do clero católico, humanismo e reforma caminhavam frequentemente lado a lado”.¹⁶ Neste sentido, embora a Companhia de Jesus se constitua como grande defensora da ortodoxia, é também portadora de um projeto de renovação da Igreja que vai desde o *exercício* da devoção individual até a afirmação de um cristianismo abrangente e capaz de conviver, em alguma medida, com as diferenças.¹⁷

Reflexo de sua prática missionária, tanto quanto de sua época, a concepção humanista dos jesuítas (como ficaram apelidados os membros da Companhia de Jesus) os colocaria entre os pioneiros da aventura antropológica do pensamento ocidental.¹⁸ Este pioneirismo, entretanto, não se dava de forma desinteressada. De fato, é sempre pela conversão, com todas as suas implicações, que os jesuítas vão lutar, não obstante Roma se ache no dever de cuidar, volta e meia, do excessivo “hibridismo cultural” do cristianismo jesuíta nos confins da Ásia e do Novo Mundo. Quanto ao aspecto *a-culturador* ou *in-culturador* de sua prática missionária, entretanto, permanecerá uma questão em aberto. O fato é que se destacaram pela preocupação em compreender o outro, ainda que não tenham tido neste aspecto menor sucesso estratégico que humanista.

No mesmo ano em que a ordem foi oficialmente instituída, os jesuítas integraram-se ao Império ultramarino lusitano, que se consolidava sob o impulso da expansão colonial. Através deste processo de expansão conjunta entre a Fé e o Império, a Companhia de Jesus se tornaria uma das mais importantes ordens religiosas do período moderno. Em 1549 ela já se fazia presente nas duas extremidades do ultramar lusitano.¹⁹ Atuando de forma diferenciada em cada região e adaptando-se às circunstâncias, os inicianos tornaram-se grandes parceiros do projeto colonial português. Isto não significa que tenham reproduzido fielmente as políticas régias e os interesses colonizadores. As divergências, por mais que nos pareçam secundárias, eram fundamentais na época. A verdadeira afinidade se dava em torno da

¹³ BANGERT, *op. cit.*, p. 27.

¹⁴ *Idem*, p. 34.

¹⁵ ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 90.

¹⁶ LACOUTURE, *op. cit.*, p. 53.

¹⁷ *Idem*, p. 89.

¹⁸ *Idem*, p. 141.

¹⁹ ALDEN, *op. cit.*, p. 71.

legitimidade da empresa colonial. Isto não se questionava. As diferenças de estratégia ou prioridades calavam diante do imperativo maior de expansão da civilização luso-católica.

A expansão religiosa portuguesa, de que a Companhia de Jesus é parte integrante, se dá sob o signo do *padroado régio*, expressão da união entre o Estado e a Igreja.²⁰ Embora devedor de antigas tradições medievais de concessão de direitos religiosos a senhores leigos, o padroado régio lusitano é um elemento típico dos novos tempos, ancorado na convicção compartilhada entre os monarcas católicos e os papas de que ambos agiam por delegação do mesmo Senhor, visando os mesmos objetivos básicos. O padroado implicava, portanto, antes um compromisso do que uma subordinação das ordens religiosas e do clero ao monarca.

A assistência espiritual é uma preocupação central do reinado de D. João III, tanto no tocante à instrução e confirmação dos que já professavam a fé católica quanto no tocante à conversão dos que a desconheciam. É difícil reduzir o peso da motivação religiosa no empreendimento colonial sem anular as fontes históricas. Os documentos da época são eloqüentes no tocante à aproximação entre a dimensão temporal e a dimensão espiritual. Como diz Costa e Silva:

Sem que implique descaracterizar o empreendimento expansionista do vinco de esbulho e agressão cultural ao autóctone, já que interesses e critérios diversos mesclavam-se, e até mesmo o cristianizá-lo apresentava-se também como caminho breve para incorporá-lo, parece vão, no entanto, reduzir a motivação plural que estava em jogo, a leitura única, como se fora imposta por um determinismo acima de qualquer discussão.²¹

Deste modo, parece inócuo querer identificar o padroado com a defesa da supremacia absoluta do poder régio, que se expressa através das teses regalistas do século XVIII. O reinado de D. José I (1750-1777) torna-se o primado destas idéias, onde seu conhecido ministro de Estado, Sebastião José de Carvalho e Mello, mais tarde Marquês de Pombal, estabelece o *regalismo* como princípio de governo.²² A expulsão dos jesuítas se insere neste quadro mais amplo de afirmação dos direitos do Rei sobre os da Igreja, embora também represente a solução de antigos conflitos locais.²³

Sob o Padroado lusitano, a Companhia de Jesus expande rapidamente sua atuação no mundo. A colonização portuguesa na América evolui, desde então, e se expande em todos os sentidos. A colonização e povoamento da ampla região amazônica ensejaram a criação do Estado do Grão Pará e Maranhão, na primeira metade do século XVII, constituindo-se como unidade político-administrativa autônoma.²⁴ O restante do território, constitutivo do chamado Estado do Brasil, desenvolve-se em torno das povoações pontilhadas ao longo do litoral atlântico, ampliando-as progressivamente em direção ao sertão. A economia é dominada pela indústria açucareira desde meados do século XVI. O tabaco e a aguardente ocupam um lugar de destaque nas trocas por cativos africanos, mão de obra fundamental na produção açucareira. Metais preciosos são explorados com intensidade a partir do final do século XVII, determinando uma completa re-configuração econômica e demográfica.²⁵

Os Jesuítas dividiam suas missões entre a Província do Brasil e a sub Província do Maranhão, que caminhava a se tornar autônoma. Às vésperas da expulsão cogitava-se também constituir uma

²⁰ BOXER, Charles. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 242.

²¹ COSTA E SILVA, Cândido. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCI, EDUFBA, 2000, p. 25.

²² BOXER, *op. cit.*, p. 201; MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 102.

²³ FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982, p. 424; SANTOS, Fabrício Lyrio. *Te Deum laudamus: A expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1763)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.

²⁴ BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 292.

²⁵ *Idem, ibidem*.

nova Província no Rio de Janeiro. A coroa prontamente buscou interferir, sendo informada pelo vice-rei do Estado do Brasil, em setembro de 1758, a respeito do assunto:

[...] a Religião da Companhia não reconhece até hoje nesta America mais do que hum só Provincial, que pessoalmente daqui tem ido e tão bem tem mandado os seus vizitadores a fazer as visitas nos Collegios, assim do Rio de Janeiro, como em todas as demais partes donde os tem neste Estado.²⁶

Segundo Leite, a criação de uma nova Província no Rio de Janeiro já havia sido proposta em outras ocasiões e em 1754 o Pe. João Honorato teria vindo para a Bahia com a divisão da Província já aprovada em Roma. O Pe. Antônio Baptista seria o Procurador da nova Província, que contaria 4 colégios, 9 residências e 10 missões, enquanto que a da Bahia ficaria com 3 colégios, 1 noviciado (em prédio próprio), 1 seminário menor, 3 casas, 9 residências e 13 missões. Aparentemente o assunto era de grande importância.²⁷

Embora solidários ao sistema colonial, os jesuítas defenderam no interior deste sistema a sua própria linha de atuação. Alfredo Bosi refere-se à raiz latina do verbo colonizar, *colo*, que origina *colonus*, aquele que coloniza, que lavra a terra; *cultus*, a terra que é colonizada, o universo a partir do qual se coloniza, universo de comunicação com a força dos antepassados e a renovação da vida; e *culturus*, o universo para o qual se coloniza, a dimensão de futuro implícito no ato presente como ideal a ser alcançado.²⁸ Enquanto para os colonos vinha em primeiro lugar a dimensão do cultivo, da ordem econômica, para os missionários a ênfase estava no culto, *cultivo das almas*. Não obstante, também os pios propósitos exigiam as lides profanas, e da terra cultivada se alimentavam as missões e os missionários. A dimensão cultural da colonização igualmente não se viu distante da catequese, pois cabia transformar pagãos em cristãos, não apenas uma mutação religiosa, de consciência ou foro íntimo, mas com as devidas manifestações públicas da aceitação de uma nova fé e cultura. Tanto colonos quanto missionários queriam a completa transformação dos nativos em trabalhadores obedientes ao padre ou ao patrão.

O Colégio da Bahia e a organização provincial

Os diferentes espaços de atuação da Companhia de Jesus são articulados em torno de seus Colégios. Em Salvador os jesuítas chegaram em 1549 junto com Tomé de Souza, primeiro governador-geral, e mantiveram uma sólida e próspera atuação em torno do Real Colégio das Artes, no Terreiro de Jesus. Evoluíram progressivamente com a cidade e o amplo recôncavo que a abrigava. Teceram, aos poucos, uma complexa teia de relações entre vários estabelecimentos religiosos e produtivos, às vezes sem atender a exigências geográficas ou naturais, mas de hierarquia e organização interna. Por meio de uma contribuição diversificada para completa ocupação do território, a Companhia de Jesus marcava sua forte presença no mundo colonial. Seu amplo conjunto de Igrejas, casas, residências, terras, fazendas e engenhos (com seus escravos) revela a amplitude do empreendimento iniciano no Brasil colonial e confirma sua relevância não apenas religiosa, mas também política, cultural e econômica.

Paradoxalmente, a presença jesuíta na Bahia pode ser melhor percebida a partir do momento em que a ordem deixa de fazer parte daquele contexto. Após a sua definitiva expulsão dos reinos e domínios lusitanos, decretada em 3 de setembro de 1759, procede-se ao inventário e seqüestro de todos os seus bens móveis, imóveis e semoventes, tanto de natureza secular quanto religiosa, bem como seus rendimentos. Uma olhada no edital de arrematação dos bens pertencentes ao Colégio da

²⁶ Documento publicado em ACCIOLI, Inácio. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia (comentários e notas de Braz do Amaral)*. Salvador: Imprensa Oficial, 1940, vol. 5, p. 264-265.

²⁷ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugal, 1938-1950, t. VII, p. 261-263.

²⁸ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 11.

Bahia revela a intensidade da ocupação do espaço colonial pelos jesuítas: casas térreas e de sobrado espalhadas nas principais freguesias da cidade, sítios e fazendas na região periférica e no Recôncavo, dois engenhos, duas fazendas em Sergipe, casas e terras em Ilhéus e Porto Seguro.²⁹

De início, constituía a Bahia terra de missão, pertencente à Província de Portugal. Sua elevação à Província, em 1553, atendia ao imperativo da autonomia local.³⁰ A catequese dos nativos permanece a justificativa fundamental da presença dos jesuítas por estas terras. Para Bom Meihy, o início promissor da evangelização explica o otimismo triunfalista de Nóbrega: “esta terra é nossa empresa”.³¹ A atividade do Colégio da Bahia estava inicialmente voltada exclusivamente para a catequese das aldeias indígenas próximas à cidade. A partir do século XVII o trabalho missionário volta-se para o sertão e o Colégio, com sua igreja e aulas abertas a religiosos e leigos, dedica-se de forma mais precípua ao atendimento da população da cidade.³² O mesmo se dá com os Colégios menores fundados nas demais capitânias. Nos séculos XVII e XVIII os Colégios tornam-se instituições de ensino, preparo de padres e noviços, assistência religiosa e humanitária. Isto, se por um lado empobrece a catequese indígena, por outro potencializa uma atuação muito mais abrangente e uma presença muito mais marcante dos jesuítas na sociedade colonial.

O Colégio era a unidade básica da estrutura local.³³ Tinha à frente o reitor, ao qual se subordinavam os superiores das missões ou aldeamentos e demais residências: “Cada Colégio tinha o seu âmbito de ação bem determinado, formando cada qual uma zona geográfica, econômica e missionária”.³⁴ O Colégio da Bahia tinha capela privativa, livraria, casa de recreação e jardim, casa de hóspedes e botica. Além de preparar para as carreiras eclesiástica, militar e civil, representando o que de fato existia enquanto “instrução pública” no período, com suas aulas dos gerais, no pátio dos estudos, era o lugar possível da observância dos sacramentos e da vida regular, sobretudo no primeiro século, onde por toda parte vingava a precariedade da vida religiosa.³⁵

Anexa ao Colégio impunha-se a Igreja, atual Catedral Basílica de Salvador. Sua construção, em substituição a uma menor que a antecedeu, prolongou-se de 1657 a 1672. No tempo de Vilhena já se usava a Igreja para servir de Sé. O cronista registra a grandiosidade do edifício: “Há nesta cidade alguns edifícios nobres; poucos porém são os templos de arquitetura mais notável; os de mais expectativa são, o que foi dos Jesuítas no Terreiro, o de S. Francisco, e a capela dos Terceiros da sua Ordem”.³⁶ Após a expulsão, a livraria do Colégio teve seu acervo avaliado em 5.499.050 réis, segundo nos informa o chanceler Tomaz Roby de Barros Barreto, cuja opinião era que não se vendessem seus livros separadamente, mesmo diante do interesse de algumas ordens religiosas, pois restariam livros para os quais não se achariam compradores.³⁷ Teve designado um depositário e não se venderam os livros. Muitos acabaram desaparecendo. No tempo de D. Maria I, o Arcebispo D. Joaquim Borges de Figuerôa, renovando uma súplica anterior, pedia o estabelecimento de um Seminário no “convento dos extintos jesuítas” e que a biblioteca fosse usada em benefício deste Seminário e da sociedade em geral, “a fim de renovar o amor às letras, quase extinto na cidade por falta de estudo público há quase vinte anos”.³⁸

Entre 1708 e 1729 a Companhia de Jesus construiu o prédio onde funcionaria seu Noviciado, de invocação a Nossa Senhora da Anunciação, na Giquitaia, atual Água de Meninos, em Salvador. A

²⁹ Documento publicado em LEITE, *op. cit.*, t. V, apêndice “C”.

³⁰ LEITE, *op. cit.*, t. II, p. 456; BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *A presença do Brasil na Companhia de Jesus: 1549-1649*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1975, p. 143.

³¹ BOM MEIHY, *op. cit.*, p. 145.

³² HOORNAERT, Eduardo *et al.* *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Primeira época. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 51.

³³ ASSUNÇÃO, *op. cit.*, p. 239.

³⁴ BOM MEIHY, *op. cit.*, p. 144.

³⁵ *Idem*, p. 190.

³⁶ VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Bahia: Itapuã, 1969, v. 1, p. 67.

³⁷ Documento publicado em ACCIOLI, *op. cit.*, p. 586-588.

³⁸ Documento publicado em ACCIOLI, *op. cit.*, p. 568-569.

Igreja, ainda de pé, foi erguida a partir da doação de 64.000 cruzados feita por Domingos Afonso Sertão, com rendimento anual estimado em 4.000 cruzados (cerca de 1.600.000 réis). Em contrapartida, o doador pedia que se rezassem missas eternas por sua alma e que lhe fosse dado uma sepultura na capela maior. É significativo que Domingos Sertão não tenha mencionado na escritura de doação o trabalho missionário da Companhia junto às aldeias indígenas, antes se diz benfeitor da obra pia que os jesuítas “realizavam em suas igrejas”.³⁹

Segundo Serafim Leite, em 1747 já funcionava em alguma dependência do Colégio um Seminário confiado aos jesuítas pelo Arcebispo D. José Botelho de Matos. A partir de 1756 ele começa a funcionar em edifício próprio e passa a se chamar Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição. Servia como casa de residência para estudantes, mas as aulas eram no Colégio. Os exercícios espirituais de Santo Inácio ganharam também um edifício próprio para serem ministrados em 1757, através de uma doação. O edifício ficou conhecido como Casa de Orações dos Jesuítas, e se encontra ainda de pé, na Rua Carlos Gomes. O Convento da Soledade, considerado também fruto do trabalho da Companhia de Jesus, teria supostamente sido fundado quando da passagem do P. Gabriel Malagrida pela Bahia, na década de 1730. Havia ainda a Casa da Quinta do Tanque, onde hoje fica o Arquivo Público da Bahia, então conhecida como Casa Suburbana de São Cristóvão, e diversas “moradas de cazas” e “moradas de sobrado”, cujos rendimentos podiam chegar a 11.451.000 réis em 1759, e denotavam a “ocupação” e “presença” jesuíta em uma das principais cidades da colônia, sede do governo geral e vice reinado até 1763.⁴⁰

O Colégio da Bahia era proprietário também de terras e engenhos no recôncavo e nos sertões, e suas propriedades estendiam-se inclusive às capitanias adjacentes à da Bahia. Na capitania de Ilhéus os jesuítas possuíam uma ampla extensão de terras doadas pelo Governador Mem de Sá ao Colégio da Bahia, em 1563, e sua ocupação principiou com a fundação da Residência da Assunção do Rio Trindade, onde, em 1604, já havia sido construído um engenho. Em 1614 se resolveu dar as terras em enfiteuse. Seguiram-se muitas controvérsias e surgiu a idéia de vendê-las, mas em 1701 o Colégio da Bahia beneficiava-se da extração de madeira e produção de farinha na região. Havia também, neste ano, um forno de cal e abundantes pescarias. A Residência de Nossa Senhora da Assunção, na vila de São Jorge dos Ilhéus, com sua Igreja e seu pequeno colégio, representava o mais importante conjunto arquitetônico da vila em 1760. O colégio tinha escola de ler, escrever e contar, e dava aulas de humanidades, já no século XVIII.⁴¹

Havia também as Casas e Residências das outras capitanias. Nas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, subordinadas à capitania da Bahia, os jesuítas possuíam residências, fazendas e aldeamentos. Em Porto Seguro construíram a Residência do Nosso Senhor Salvador, em 1622, com sua Igreja, escola e oficinas. Segundo documentos transcritos por Serafim Leite, esta residência foi construída atendendo a apelo dos membros da câmara de Porto Seguro, confiantes na presença da Companhia para “apaziguar aos discordes” e promover naquela capitania “grande paz e quietação”. Esta residência possuía em 1757 uma Fazenda de invocação a Nossa Senhora de Sant’Ana, com 50 “servos” (expressão usada por Serafim Leite), produzindo farinha para o sustento e o comércio, e contando com 100 cabeças de gado.⁴²

Em Sergipe d’El Rei os jesuítas estiveram presentes desde 1575, e seriam os pioneiros da colonização daquela capitania, segundo Serafim Leite. Em 1692 encontrava-se organizada a Residência de Sergipe no Tejupeba, possuindo duas fazendas, Aracaju e Tejupeba. Esta última está citada na documentação relativa à expulsão dos jesuítas, junto com outra, Jaboatão, no Rio São Francisco, organizada em torno de 1694.⁴³ No Espírito Santo, a presença dos jesuítas é marcada pela construção

³⁹ Documento publicado em LEITE, *op. cit.*, t. V, apêndice “B”.

⁴⁰ LEITE, *op. cit.*, t. V, p. 141-165.

⁴¹ LEITE, *op. cit.*, t. V, p. 217.

⁴² *Idem*, t. V, p. 227-242.

⁴³ *Idem*, t. V, p. 316-327.

de um grande Colégio na vila de Vitória, dependente do Colégio do Rio de Janeiro até por volta de 1725, quando então consegue manter algumas fazendas para assegurar sua independência.⁴⁴

A atividade propriamente missionária da Companhia de Jesus seguiu o ritmo geral da colonização. Conseqüentemente à expansão das fazendas de cana e engenhos, avança a dizimação dos povos indígenas litorâneos (sobretudo *tupinambá* e *caeté*) e, com ela, sucumbem as pretensões missionárias na costa. Das aldeias fundadas pelos jesuítas próximas ao perímetro da cidade, apenas a do Espírito Santo, no Rio Joanes, continuaria existindo até o século XVIII, tendo sido transformada, em 1758, em Vila Nova de Abrantes.⁴⁵ Como afirma Serafim Leite, a atividade dos jesuítas nas proximidades da cidade se desdobraria em missões rurais, “percorrendo de vez em quando os Engenhos, freguesias e vilas em ministérios e pregações”. O trabalho de catequese ou conversão dos povos indígenas se deslocaria “para os confins da civilização”, abrangendo o sertão baiano na região das Jacobinas e no Rio São Francisco.⁴⁶

No caminho do sertão para o São Francisco os Jesuítas tentaram mais de uma vez agrupar os índios em aldeamentos, durante todo o século XVII, com povos macrojê (os chamados tapuais ou aimorés), mas apenas três aldeias de índios *quiriri* chegaram até 1758. A primeira delas, de invocação Nossa Senhora da Conceição, fundada em 1666, tornou-se vila de Soure, com 780 índios. A segunda, chamada Aldeia de Santa Teresa dos Quiriris, em Canabrava, fundada um ano depois, tornou-se em 1758 Vila Nova do Pombal, com 470 índios. A terceira, de vida mais inconstante devido à migração dos índios durante as secas, Aldeia do Saco dos Morcegos, tornou-se Vila de Mirandela. Já na capitania de Sergipe, embora bem próxima às anteriores, os jesuítas organizaram a Aldeia de Geru, que em 1686 era um aldeamento estável e em 1758 foi transformada em vila de Távora, tendo depois seu nome alterado para Tomar.⁴⁷

Nas capitanias adjacentes os jesuítas também fizeram presente sua atividade missionária. O primeiro aldeamento jesuíta em Ilhéus foi feito com índios “socós”, no final do século XVII, cujos catequizados se incorporaram à Aldeia de Nossa Senhora da Escada, que em 1702 possuía novecentos índios. Esta aldeia tornou-se vila, em 1758, com o nome de Nova Olivença. A Aldeia de Nossa Senhora da Conceição, com índios “grens”, foi fundada pouco antes de tornar-se vila, e tinha setenta índios batizados quando se tornou Vila de Almada. Em Porto Seguro as aldeias do Espírito Santo da Patativa e de São João Baptista tornaram-se vilas em 1759, respectivamente Vila Verde e Trancoso. No Espírito Santo, sobreviveram até o século XVIII as aldeias de Reritiba, transformada em vila de Benevente, atual município de Anchieta, e dos Reis Magos, transformada em Vila de Nova Almeida, onde ainda hoje se encontra de pé a pequena igreja, erguida no alto de uma colina.⁴⁸

Os jesuítas no Recôncavo

A presença jesuíta no Recôncavo se dá, a princípio, como desdobramento de sua inserção no universo econômico colonial, cujo primeiro passo foi a posse de terras.⁴⁹ Como nos lembra Stuart Schwartz, “os jesuítas eram os maiores senhores de engenho entre as ordens religiosas”.⁵⁰ Dois dos maiores e mais importantes engenhos baianos pertenceram, após longa demanda judicial, ao Colégio de Santo Antônio, de Lisboa: o de Sant’Ana, em Ilhéus, e o Sergipe do Conde, no Recôncavo, doados pela Condessa de Linhares, filha de Mem de Sá, em benefício da construção da Igreja do referido Colégio.

⁴⁴ *Idem*, t. VI, p. 134.

⁴⁵ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 603, caderno 11.

⁴⁶ LEITE, *op. cit.*, t. V, p. 269.

⁴⁷ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 603, caderno 11.

⁴⁸ *Idem*, *ibidem*.

⁴⁹ ASSUNÇÃO, *op. cit.*, p. 154.

⁵⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial – 1500-1835*. São Paulo: Companhia das Letras/CNPq, 1988, p. 93.

Com a questão levantada em torno do testamento do terceiro governador-geral, envolvendo o Colégio de Santo Antônio, o Colégio da Bahia e a Casa da Misericórdia da Bahia, os administradores do engenho juntaram valiosa documentação para a história econômica e social do período.⁵¹ Ao tempo da expulsão, em 1759, eram cinco os Engenhos da Companhia de Jesus na Bahia: Sergipe do Conde, Petinga e Sant'Ana, pertencentes ao Colégio de Santo Antônio de Lisboa; Pitanga e Cotegipe, pertencentes ao Colégio da Bahia. O engenho da Petinga ficava perto do Sergipe do Conde e foi adquirido pelo Colégio de Santo Antônio em 1745.⁵² O da Pitanga foi adquirido pelo Colégio da Bahia em 1643 e o de Cotegipe havia sido doado testamentariamente ao Colégio, em 1755, pelo Coronel Antonio Álvares da Silva.⁵³ Após a saída dos jesuítas, seus engenhos e demais propriedades foram levados a leilão.⁵⁴

Schwartz afirma que, embora valiosos, tais engenhos não refletiam o esplendor dos seus melhores anos. O Sergipe do Conde, segundo o historiador, funcionou na década de 1750 com prejuízo anual de 1.000.000 réis.⁵⁵ Foi vendido em 1760 para Antônio Ribeiro de Miguéis por 54.000.000 réis, sendo que o comprador não conseguiu pagar suas dívidas nem revendê-lo pelo mesmo preço.⁵⁶ Segundo o historiador, a mesma sorte teria o comprador com o engenho da Petinga, adquirido em Novembro de 1761 por 25.600.000 réis a serem pagos em nove anos.⁵⁷ O engenho de Sant'Ana teve seus lucros avaliados em 500.000 réis, mas tinha problemas de indisciplina dos escravos, esgotamento dos canaviais e isolamento, conforme as queixas dos administradores.⁵⁸ Segundo a avaliação de Schwartz, “para a indústria açucareira como um todo, a expulsão dos jesuítas e o confisco de seus bens foi um aspecto relativamente secundário se comparado às implicações das políticas de Pombal de reformas agrícola e comercial”.⁵⁹

Na relação elaborada em 29 de abril de 1763 pela Junta da Administração da Fazenda e Fisco Real com as antigas propriedades jesuíticas arrematadas em leilão incluíam-se diversas propriedades situadas no Recôncavo. A fazenda de canas chamada do Partido, por exemplo, situada em Santo Amaro, foi arrematada a João Teles de Menezes no dia quatro de novembro de 1761 por mais de cinco contos de réis, com trezentos mil reis de contado e o mais em pagamentos iguais feitos no termo de cinco anos. A fazenda chamada do Rozário, no termo da Vila da Cachoeira, foi arrematada ao Padre Jose da Costa d'Almeida (em 3 de fevereiro de 1763) por quatro contos e quatrocentos mil reis, com dois mil cruzados (oitocentos mil réis) de contado e o restante pago em pagamentos iguais ao longo de três anos. O Engenho da Pitanga foi arrematado a Paulo de Argollo em 6 de Novembro de 1761 por trinta seis contos e quatrocentos mil reis pagos em nove anos em pagamentos iguais. O Engenho da Petinga foi arrematado ao Dr. Antonio Ribeiro de Migueis em 6 de Novembro de 1761 por vinte e cinco contos, seiscentos e vinte mil reis pagos em nove anos em pagamentos iguais.⁶⁰

Temos poucas informações sobre o trabalho propriamente missionários dos jesuítas no Recôncavo, salvo que a organização de aldeamentos para a catequese indígena seguia de perto as guerras de extermínio e a escravização. Para os índios, a escolha entre a escravidão nos engenhos e a proteção das aldeias jesuíticas não era uma escolha fácil.⁶¹ Sabemos também que os jesuítas, no Recôncavo, realizavam missões junto à população dos engenhos e vilas, como já foi referido acima. Em carta “sobre o estado em que e acham as Missões desta Capitania”, com data de 22 de outubro de 1703, o Governador dom Rodrigo da Costa informava ao Rei de Portugal que:

⁵¹ *Idem*, p. 399.

⁵² *Idem*, p. 93.

⁵³ Escritura de venda que fez Felipe de Almeida do engenho da Pitanga ao Reverendo Padre Reitor do Colégio. Documentos Históricos, vol. LXIII, p. 268-281; LEITE, *op. cit.*, t. V, p. 243-260.

⁵⁴ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 610.

⁵⁵ SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 340.

⁵⁶ *Idem*, p. 341.

⁵⁷ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 610.

⁵⁸ SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 340.

⁵⁹ *Idem*, p. 341.

⁶⁰ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 610.

⁶¹ SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 49.

Nas Missões que se costumam fazer aos moradores e escravos criados em engenhos de fazendas do Recôncavo desta Cidade e nas vilas de Cayrú, Boypeba, Camamú, Ilheus e Porto Seguro, e nas novamente erectas, continuam neste santo exercicio, os padres da Companhia (que sempre são os primeiros para êle) e os das mais religiões desta Cidade, com grande zêlo do bem espiritual de tantas almas; e nela fazem todos os domingos (os ditos religiosos da Companhia) práticas e doutrinas ao povo dela, assim na lingua portuguesa, como nas de Angola, com grande fervor e zêlo do serviço de Deus e de V. Majestade.⁶²

No Recôncavo, os jesuítas estenderam também sua atividade educacional. O Seminário de Belém foi fundado pelo Padre Alexandre de Gusmão no termo da vila da Cachoeira, em 1686, e funcionava como um colégio interno secundário, com o objetivo de dispensar uma formação humanitária, visando formar bons cristãos.⁶³

O seminário não tinha a pretensão de formar clérigos ou religiosos. O que o diferenciava dos outros colégios era o regime de internato. Segundo o seu Regulamento, o principal objetivo era “criar os meninos em santos e honestos costumes, principalmente no temor de Deus, e inclinação às coisas espirituais, a fim de saírem ao diante bons cristãos”.⁶⁴ O aprendizado consistia em “ler, escrever, contar, gramática e Humanidades”, excluindo-se a leitura de Filosofia. Havia duas classes de Latim, uma de Arte e outra de Latinidade e Retórica, “conforme a capacidade dos ouvintes, segundo a ordem das classes da Companhia”, além da classe da Solfa, que deveria ser ministrada por um secular. Para os religiosos que assistissem ao Seminário, Alexandre de Gusmão recomendava “o exato cuidado na boa criação dos meninos”. A assistência espiritual aos de fora era permitida e incentivada, sobretudo a pregação, a exortação e a audiência de confissões, evitando-se, contudo, que a Igreja servisse de freguesia. Aos domingos, durante as doutrinas, os meninos deveriam aprender os mistérios da fé “com inteligência”, não devendo o Padre se estender demasiado nas exortações ao Povo, “porque essas se podem fazer à parte nas festas do ano, e a obrigação de fazer a doutrina é maior”.

Eram admitidos no Seminário meninos que não passassem de doze ou treze anos, e não deveriam permanecer nele por mais do que cinco ou seis anos, “salvo se em algum caso especial, por razão de boa índole e costumes louváveis, ou por outras circunstâncias, parecer ao Padre Provincial, ou ele ausente ao Padre Reitor do Colégio da Baía, com parecer dos consultores e do Padre Reitor do Seminário, que se poderá dispensar, sem prejuízo dos outros seminaristas”. Os candidatos deveriam ser investigados acerca dos costumes e da pureza de sangue, “excluindo totalmente os que têm qualquer mácula de sangue judeu, e até o 3º grau inclusive os que têm alguma mistura de sangue da terra, a saber, de índios ou de negros mulatos ou mestiços”.

O Regulamento não definia o número máximo de seminaristas a serem admitidos, ficando a critério do Padre Provincial, juntamente com o Padre Reitor do Seminário. Um dado interessante é a proibição de se admitir meninos nascidos “na Cidade da Baía”, ou que estudassem “nos Pátios do Colégio da dita Cidade”, pois o Seminário havia sido fundado “para os meninos de fora” e a única exceção seria no caso dos pais morarem fora da cidade. O ordenado para sustento de cada seminarista era de 35.000 rs. anuais, os quais deviam ser pagos em dinheiro de contado, por dois quartéis, embora também se pudesse aceitar o pagamento em açúcar, farinha ou carne. O atraso por seis meses no pagamento poderia levar à expulsão do seminarista.⁶⁵

⁶² Documento publicado em: Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia, vol. 29, p. 98-100.

⁶³ LEITE, *op. cit.*, t. V, p. 167-198.

⁶⁴ “Ordens para o seminário de Belém conforme ao que mandou Nosso Reverendo Padre em uma sua de 28 de Janeiro de 1696, e em outra antecedente de 16 de Janeiro de 1694 ao Padre Provincial”. Publicado em: LEITE, *op. cit.*, t. V, p. 180-189.

⁶⁵ Este valor naturalmente não permaneceu inalterado ao longo do tempo. De acordo com Vilhena, pagavam-se cinquenta mil réis por ano pelo ensino e sustentação de cada seminarista. VILHENA, *op. cit.*, vol. 2, p. 483.

A rotina iniciava-se ao romper do dia, com o toque da camp, “e o que tiver cuidado de despertar baterá pelos cubculos, de sorte que ouçam todos os que dormem, e bastará dar-lhes oito horas para dormirem”. Deveriam todos se dirigir silenciosamente à Igreja e rezar as preces matinais, antes de assistir à missa. Em seguida, deveriam se recolher aos cubculos para estudar e fazer as lições até a hora do “almoço”, servido às oito horas. A classe se iniciava em seguida e se estendia até a hora da refeição, que deveria ser feita silenciosamente, em comunidade, acompanhada de lição. Após a refeição tinham uma hora de descanso, em um lugar designado pelo Reitor. Em seguida, deveriam fazer uma breve oração e recolher-se novamente aos cubculos para estudar. Às três horas deveriam novamente se dirigir à classe e em seguida para a lição de solfa. Nesta rígida rotina estavam definidos, também, os raros momentos do dia em que era permitido quebrar o silêncio: no fim da primeira classe até a hora da refeição e no fim da segunda classe até a hora da lição de solfa. Em todos os outros momentos determinava-se o silêncio, o cumprimento das obrigações e, é claro, a pontualidade. O descumprimento de qualquer uma destas normas era punido com castigos.

Após um momento mais descontraído entre o fim da aula de solfa e a hora da Ave-Maria, deveriam rezar em coro o terço e louvar Nossa Senhora, recitar a ladainha e, por fim, cear. Depois da ceia, um breve repouso e a lição espiritual, exame de consciência e reza de preces noturnas, para finalmente se deitar. Nos domingos e dias santos deveriam assistir à doutrina e, à tarde, teriam parte do tempo livre para recreação, embora se recomendasse ainda que buscassem “aproveitar o tempo, recordando o atrasado, fazendo suas composições, provando os tonilhos, e aprendendo a tocar os instrumentos, conforme a ordem que tiver dado o Padre Reitor”. Os meninos teriam férias duas vezes ao ano. A primeira ia da véspera do Natal até quinze de janeiro, e a segunda do dia do Espírito Santo até dia do Corpo do Senhor. Durante as férias os meninos podiam “ir às suas casas, aonde se poderão deter três dias, e não mais”. Os que não voltassem para o Seminário perderiam o direito de viajar nas férias seguintes.

Inicialmente, recomendava-se que o Seminário não possuísse ou administrasse fazendas de cana, roças ou currais de gado. Entretanto, este impedimento foi depois derogado e o Seminário manteve sob sua posse e administração diversas propriedades rurais e urbanas. Antes mesmo que se decretasse a expulsão dos jesuítas, em 1759, já havia uma ordem régia determinando que todos os bens de raiz possuídos pela igreja ou pelas ordens religiosas sem especial licença régia, contrariando o disposto nas Ordenações do Reino, livro 2, título 18, deveriam ser inventariados e seqüestrados pela Fazenda pública. Na Bahia, esta ordem se dirigiu especificamente contra os jesuítas, e fazia parte de um conjunto maior de decretos mandados executar por um Tribunal extraordinário do Conselho Ultramarino.⁶⁶

Em meados do ano de 1759, antes de ser informado da decisão régia de seqüestrar por completo todos os bens pertencentes aos jesuítas, já então acusados de envolvimento na tentativa frustrada de regicídio ocorrida em setembro do ano anterior, o conselheiro Manoel Barberino escrevia ao Secretário de Negócios Ultramarinos informando que os bens do Seminário de Belém situados na Bahia (isto é, Salvador), na Cachoeira e no sertão do Itapicuru, adquiridos sem licença régia, tinham sido avaliados em 2.170.000 réis, e os rendimentos anuais em 136.000 réis.⁶⁷

A esta altura já estavam inventariados para seqüestro uma porção de terras onde havia uma fonte; dois sítios de criar gado e três sítios por povoar no sertão do Itapicuru; um sítio no sertão do Tocano; um sítio no Jagoipe, termo da vila da Cachoeira, à beira do rio Paraguaçu; umas terras no distrito de Belém; vinte e duas braças e cinco palmos e meio de chãos na vila da Cachoeira; uma sorte de terras em um lugar conhecido por Pinguela, termo da vila da Cachoeira; quatro moradas de casas na cidade de Salvador.⁶⁸

⁶⁶ Cf. SANTOS, Fabrcio Lyrio. *op. cit.*

⁶⁷ Documento publicado em ACCIOLI, *op. cit.*, vol. V, p. 567.

⁶⁸ Sentença que ordenou o seqüestro dos bens dos jesuítas. Publicado em: ACCIOLI, *op. cit.*, p. 567; também publicado em Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia, vol. XVII, p. 190.

Em 14 de abril de 1760, Barberino enviava para o Secretário de negócios ultramarinos Thomé Joaquim da Costa Corte Real o resultado das avaliações e rendimentos dos bens pertencentes ao Seminário de Belém e outras residências e Igrejas dos jesuítas na Bahia, incluindo as capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Acrescentavam-se novas propriedades e rendimentos aos anteriormente inventariados, no contexto da expulsão dos jesuítas e do seqüestro definitivo de suas antigas propriedades. Os bens pertencentes ou administrados pelo Seminário de Belém chegavam ao total de 6.632.600 réis, com rendimentos avaliados em 2.019.120 réis, superando os valores referentes ao Noviciado e às Residências de Ilhéus e Porto Seguro.⁶⁹

Quando chegou à Bahia a ordem de expulsão dos jesuítas, o desembargador Francisco Figueiredo Vaz ficou responsável pela prisão dos jesuítas residentes no Seminário. Segundo o padre José Caeiro, cronista jesuíta contemporâneo aos fatos, o desembargador “deu-se logo pressa de cumprir as ordens”. Dirigiu-se ao Seminário de Belém e pôs guardas em volta da Casa. Atirou para a rua os seminaristas. Contava os jesuítas duas vezes ao dia. Maltratou os padres por 13 dias, mandando-os finalmente para Salvador escoltados por um destacamento militar. Eram sete padres, incluindo o superior, Francisco Lago, além de dois escolásticos e dois coadjutores.⁷⁰ O padre Francisco Marinho, que estava entre aqueles padres, foi um dos que renunciaram aos votos para não serem embarcados para Lisboa.⁷¹

A expulsão ensejou também o confisco dos bens de natureza religiosa, a cargo dos membros do Cabido, uma vez que o arcebispo, D. José Botelho de Matos, havia pedido dispensa do episcopado. Os membros do corpo capitular encaminharam ao rei uma carta datada de 7 de abril de 1760 dando conta das primeiras diligências referentes à posse e destino das igrejas pertencentes aos jesuítas. Na parte inicial da carta aparecerem reproduzidos, à maneira de traslado, os principais argumentos referentes à grande “piedade e religião” com que o monarca buscava impedir que os bens de natureza religiosa “dos pervertidos Regulares da Companhia *denominada* de Jesus” fossem entregues a pessoas seculares, interrompendo-se “o culto de Deos e louvores dos seus gloriosos Santos, cujas Imagens se achão nellas collocadas”.⁷²

Tão logo recebeu a notícia de que os jesuítas já haviam sido expulsos do Seminário de Belém, o Cabido deu ordem para o Vigário Geral se deslocar até lá com outros dois ou três sacerdotes e receber todos os bens e imagens por inventário, cuidar de sua conservação e das atividades ordinárias da igreja, “por ser parte erma, de menos povoação e distante da Parochia”. O inventário é um documento com dezenas de páginas, datado de janeiro de 1760, que inclui uma descrição detalhada da bela Igreja erguida no descampado (ainda hoje existente) e de todos os seus ornamentos, imagens e alfaias.⁷³

Considerações Finais

A fundação da Companhia de Jesus em pleno efervescer do século XVI, em meio aos movimentos de reforma e renovação cultural, foi marcada pelas questões da época. A necessidade de um apostolado intenso e enraizado na realidade ensejou uma visão de mundo consciente de que a vida religiosa não podia seguir afastada da civil. A “maior glória de Deus” devia ser buscada em meio à realidade, não fora dela.

A força da presença jesuíta na Bahia colonial e no Recôncavo se deve, em grande parte, à sua dispersão, tanto institucional quanto geográfica. Neste sentido, é preciso superar a visão de que os

⁶⁹ Projeto Resgate de Documentação Histórica. Bahia. Documento n. 4.927.

⁷⁰ CAEIRO, José. Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pombal (século XVIII). Bahia: Escola Tipográfica Salesiana, 1936, p. 99. Embora contemporâneo aos fatos, Caeiro não os presenciou, valendo-se de depoimentos tomados dos jesuítas exilados em Roma e de alguns documentos a que teve acesso.

⁷¹ *Idem*, p. 121, n 1.

⁷² Projeto Resgate de Documentação Histórica. Bahia. Documento n. 4.892.

⁷³ Projeto Resgate de Documentação Histórica. Bahia. Documento n. 4.894.

jesuítas se dividiam apenas entre aldeias e colégios. De fato, estas eram espaços privilegiados de sua atuação, mas faziam parte de um sistema muito mais complexo que incluía a posse e administração não apenas de Colégios, Igrejas e Seminários, mas também de terras, fazendas, engenhos, imóveis urbanos e escravos.

Evidentemente, a rápida abordagem que aqui foi dispensada ao tema revela a necessidade de que novas pesquisas sejam realizadas a fim de que possamos ter uma visão mais abrangente da inserção e da dinâmica da presença jesuíta no Recôncavo e na sociedade colonial como um todo. Não obstante, podemos seguramente afirmar que a configuração espacial da presença jesuíta na Bahia e no Recôncavo demonstra uma ocupação dispersa e diversificada, mas profundamente articulada e relevante.

Enquanto região que ocupava um papel fundamental na economia e na sociedade colonial, o Recôncavo não escaparia a esta forte presença da Companhia de Jesus. Os jesuítas se fizeram atuantes também nesta região tanto como administradores de engenhos quanto como administradores da vida religiosa local, através da pregação, da confissão e da atividade educacional.

Referências bibliográficas

ACCIOLI, Inácio. Memórias históricas e políticas da província da Bahia (comentários e notas de Braz do Amaral). Salvador: Imprensa Oficial, 1940, vol. 5.

ALDEN, Dauril. The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire, and beyond, 1540-1750. Stanford, California: Stanford University Press, 1996.

ASSUNÇÃO, Paulo de. Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: Edusp, 2004.

BANGERT, Willian. História da Companhia de Jesus. Porto: Apostolado da Imprensa; São Paulo: Loyola, 1985.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. A presença do Brasil na Companhia de Jesus (1549-1649). Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP. São Paulo: USP, 1975.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOXER, Charles. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. O império marítimo português: 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAEIRO, José. Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pombal (século XVIII). Bahia: Escola Tipográfica Salesiana, 1936.

COSTA E SILVA, Cândido. Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia. Salvador: SCI, EDUFBA, 2000.

FALCON, Francisco José Calazans. A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

HOORNAERT, Eduardo *et al.* História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

LACOUTURE, J. Os Jesuítas: Vol. 1: Os conquistadores. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LEITE, Serafim. Breve História da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760). Braga: Apostolado da Imprensa, 1993.

_____. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugal, 10v. 1938-1950.

MAXWELL, Keneth. Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Fabricio Lyrio. Te Deum laudamus: A expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1763). Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.

SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial – 1500-1835. São Paulo: Companhia das Letras/CNPq, 1988.

VILHENA, Luís dos Santos. A Bahia no século XVIII. Bahia: Itapuã, 1969. 3 vol.